

08  
02/02/98 7  
211

# À procura do ouro dos índios

*Deputados estão muito perto de aprovar a mineração em territórios indígenas. Nem o lobby da Igreja pôde barrar a proposta*

Lauro Rutkowski  
Da equipe do Correio

O homem branco se prepara para explorar as riquezas do subsolo das áreas indígenas — e dentro da lei.

O que sempre foi considerado uma heresia pelos indigenistas vai virar realidade ainda em fevereiro, quando a Câmara votar o projeto de lei do senador Romero Jucá (PFL-RR) que estabelece critérios para a exploração mineral nas terras dos primeiros habitantes do Brasil.

A tendência é de aprovação, apesar do lobby contrário dos partidos de oposição e de entidades não-governamentais, como o Conselho Indigenista Missionário da Igreja Católica (Cimi).

O projeto determina que a comunidade indígena que mora no local a ser explorado avalie se aceita ou não a presença da mineradora. Se a resposta for sim, deverá receber renda pela ocupação do solo e participação nos resultados da lavra nunca inferiores a 2,0% do total comercializado. A pesquisa e a exploração só começam com autorização do Congresso Nacional.

## GARIMPO

O Cimi argumenta que os índios mais primitivos (como os ianomamis) se vendem por muito menos aos garimpeiros. É verdade. Os índios da aldeia Haximu, que assistiram 16 parentes serem executados por garimpeiros em agosto de 1993, voltaram ao local em que foram massacrados por brancos para construir uma pista de pouso para aviões clandestinos.

Em troca de armas, machados e outros presentes oferecidos por garimpeiros, os 80 ianomamis da comunidade Haximu deixaram o exílio de quatro anos na região de Toototobi, no Brasil, e retornaram ao seu local de origem, na Venezuela. "Meu povo não está preparado para negociar com mineradoras", avalia o líder indígena Davi Kopenawa Ianomami.

A proposta de Romero Jucá já passou pelo Senado e pela comissão de Minas e Energia da Câmara. Será colocada em plenário para a avaliação final dos deputados graças a um pedido de votação de urgência ur-

gentíssima pedido articulado pela chamada "bancada da mineração", que quer pular etapas do processo legislativo e liquidar logo a fatura.

O projeto mexe com muitos interesses: pelo menos 14.500 pedidos de pesquisa mineral em área indígena na Amazônia Legal estão estocados no Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) à espera da lei — entre eles nove requerimentos de 1988 da empresa de um dos líderes da bancada da mineração, o ex-garimpeiro Elton Ronhelt (PFL-RR).

"Temos que parar com essa hipocrisia de manter os índios como animais de zoológico, porque não é justo tratar seres humanos iguais a nós como se fossem animais selvagens, à margem dos benefícios da civilização", defende ele, que tem pedidos para explorar minérios valiosos na área ianomami.

Os governistas, no entanto, vivem um dilema por causa da proposta.

Sabem que o Brasil vai receber uma saraivada de críticas no mundo inteiro por permitir a invasão das terras indígenas, ainda que, teoricamente, controlada.

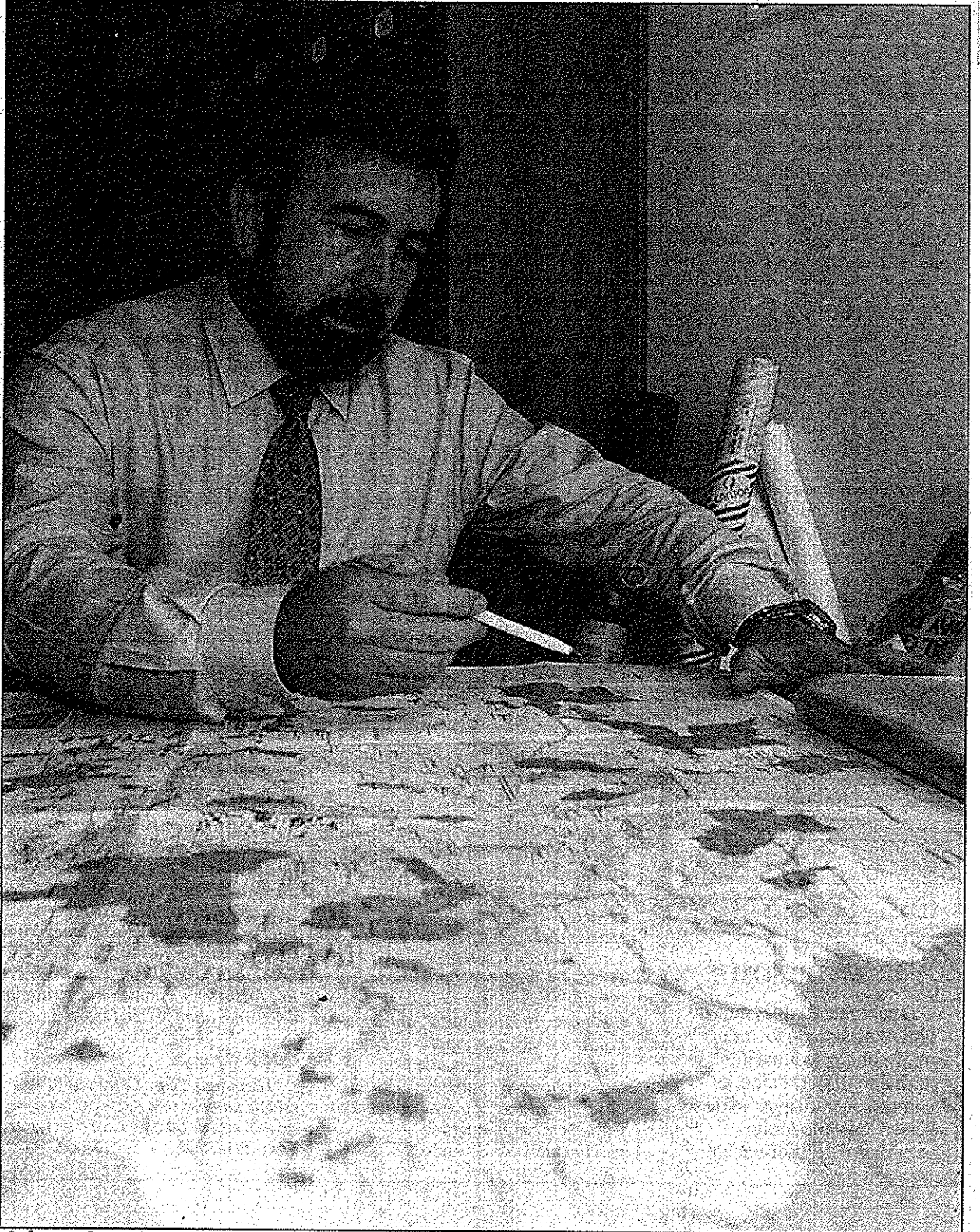
## OURO

Sabem também que o projeto é importante para a economia brasileira: sob os pés dos índios, estão milhões ou bilhões de dólares em ouro, cassiterita, estanho, diamante, urânio, plutônio e outros minérios.

Os defensores do projeto dizem que ele vai combater a garimpagem predatória e estimular os investimentos estrangeiros em mineração. "Somente grandes empresas terão competência e cacife para atender as exigências da lei, que tem um grande ponto benéfico, pelo menos na teoria: proíbe, de vez, a garimpagem predatória", avalia outro o deputado da bancada da mineração, o geólogo e ex-garimpeiro Antonio Feijão (PSDB-AP).

Pelo projeto, a pesquisa e a lavra em terras indígenas somente podem ser realizadas mediante autorização do Congresso Nacional por empresas legalmente constituídas, com experiência comprovada. "O projeto realmente combate a garimpagem e racionaliza a exploração nas áreas indígenas", atesta o presi-

José Varella 28.1.98



O deputado Antônio Feijão quer explorar área indígena: "o projeto permite acabar com a garimpagem predatória"

dente da Fundação Nacional do Índio, Sullivan Silvestre.

Os índios têm alguns "privilegios" pela nova lei. Empresas constituídas por eles poderão ser dispensadas de cumprir algumas pré-condições impostas aos brancos. E mais: apenas os índios têm o direito de garimpar (extrair minérios manualmente).

## EXPLORAÇÃO

As ONGs indigenistas e a oposição vão tentar pelo menos "zerar" os 3.000 requerimentos de autorização de pesquisa e de registro de licença de exploração mineral em área indígena anteriores à Constituição de 1988.

Pela lei Romero Jucá, estes serão analisados prioritariamente e libe-

rados de entrar na concorrência para determinada área e, ainda, terão o privilégio de "desrespeitar" pontos da lei Jucá. Um deles: os requerentes "antigos" poderão estabelecer um acordo com as comunidades indígenas cedendo menos que 2,0% da comercialização do minério, desde que os índios aceitem.

Estes requerentes "antigos" não vão precisar aguardar edital. Após análise pelo órgão federal que gerencia o setor mineral, os requerimentos considerados prioritários serão publicados no Diário Oficial e passíveis de contestação, desde que a exploração seja considerada prejudicial em laudo antropológico ou em relatório de impacto ambiental específico.

O coordenador da ONG Instituto

Sócio Ambiental, Márcio Santilli, reconhece que o projeto não é tão bom para as mineradoras nem tão ruim para os índios, mas é cético quanto aos seus resultados práticos.

"Não devemos mentir: o projeto é uma forma legal de permitir que os brancos explorem as riquezas dos índios com alguma salvaguarda, e não uma maneira gentil de integrarmos os índios à nossa sociedade", diz.

Para reduzir pelo menos o impacto inicial do assédio das mineradoras sobre os índios, Santilli pede que o presidente vete o artigo que concede benesses aos requerentes pré-Constituição. "Todos deveriam, pelo menos, entrar em condições iguais nas disputas e dentro dos mesmo parâmetros", diz.